

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, INDUSTRIA E  
COMÉRCIO (CDEIC)**

**PROJETO DE LEI Nº. 6.558, DE 2013.**

**(Do Sr. Otavio Leite)**

Fica instituído o Programa de Aumento de Competitividade Empresarial e Melhoraria no Acesso a Capital de Crescimento - "BRASIL+COMPETITIVO" - no âmbito do mercado de capitais brasileiro, e dá outras providências.

**EMENDA**

Dê-se nova redação ao Art. 7º do Projeto de Lei 6558/2013, que institui o BRASIL+COMPETITIVO, constituindo o Fundo de Médias Empresas, realizando-se as devidas renumerações:

*Art. 7º (...)*

*§1º Os cotistas dos Fundos de MEs de que trata o caput ou dos fundos de investimentos em cotas de fundo de investimento que invistam, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) dos seus recursos alocados em cotas dos fundos de investimento de que trata o caput, terão sua alíquota do imposto sobre a renda, incidente sobre os rendimentos produzidos pelos fundos de que trata o caput, reduzida a 0% (zero por cento).*

*§2º Os cotistas dos fundos de investimentos em cotas de fundo de investimento que invistam entre 33% (trinta e três por cento) e 95% (noventa e cinco por cento) dos seus recursos alocados em cotas dos fundos de investimento de que trata o caput, terão sua alíquota do imposto sobre a renda, incidente sobre os rendimentos produzidos pelos fundos de que trata o caput, reduzida a 10% (zero por cento).*

*§3º A alíquota reduzida de que trata os §1º e §2º sobre a renda, incidente sobre os rendimentos produzidos pelos fundos de que trata o caput, somente será aplicável quando esses rendimentos forem:*

*I - pagos, creditados, entregues ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior, que realizar operações financeiras no País de acordo com as normas e condições estabelecidas pelo Conselho*

*Monetário Nacional, exceto em país que não tribute a renda ou que a tribute à alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento);*

*II - auferidos por pessoa física; ou*

*III - auferidos por pessoa jurídica tributada com base no lucro real, presumido ou arbitrado e por pessoa jurídica isenta ou optante pelo Simples Nacional.*

*§4º Os rendimentos distribuídos pelos fundos de que trata o caput o §1º e o §2º deste artigo sujeitam-se à incidência do imposto sobre a renda exclusivamente na fonte.*

*§5º O não atendimento pelo Fundo de MEs de que trata o caput ou pelo fundo de investimento em cota de fundo de investimento de que trata o §1º e o §2º de qualquer das condições dispostas neste artigo implica a sua liquidação ou transformação em outra modalidade de fundo de investimento ou de fundo de investimento em cota de fundo de investimento, no que couber.*

*§6º O Fundo de MEs de que trata o caput e o fundo de investimento em cota de fundo de investimento de que trata o §1º e o §2º terão prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias após a sua constituição para enquadrar-se no disposto neste artigo e de 90 (noventa) dias para promover eventual reenquadramento.*

*§7º Os reenquadramentos devem ser computados a partir da data de apuração do descumprimento do disposto neste artigo.*

*§8º Na hipótese de liquidação ou transformação do fundo conforme previsto no §3º, aplicar-se-ão aos rendimentos de que trata o §1º e o §2º a alíquota de 15% (quinze por cento) para os cotistas dispostos no inciso I do §3º e as alíquotas previstas nos incisos I a IV do caput do art. 1º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, para os cotistas dispostos nos incisos II e III do §3º, não se aplicando a incidência exclusivamente na fonte para os cotistas do inciso III.*

*§9º A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a Secretaria da Receita Federal do Brasil regulamentarão, dentro de suas respectivas competências, no que for necessário, o disposto neste artigo.*

*§10º O regime de tributação previsto neste artigo aplica-se inclusive às pessoas jurídicas relacionadas no inciso I do art. 77 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995.*

*§11º Os rendimentos tributados exclusivamente na fonte poderão ser excluídos na apuração do lucro real, presumido ou arbitrado, bem como da base de cálculo do Simples Nacional.*

*§12º Para fins do disposto neste artigo, consideram-se rendimentos quaisquer valores que constituam remuneração do capital aplicado, inclusive ganho de capital auferido na alienação das cotas.*

#### **JUSTIFICATIVA**

O PL institui o Programa Brasil+Competitivo, no âmbito do mercado de capitais brasileiro, cujo objetivo é incentivar a abertura de capital de empresas de médio porte (ativo total superior a R\$ 240 milhões ou receita bruta anual superior a R\$ 300 milhões), por meio de benefícios tributários para o emissor (empresa) e para o comprador da ação (investidor).

Para se tornar beneficiário, a empresa deverá realizar oferta de capital de até R\$ 250 milhões, sendo pelo menos 70% do total destinado para emissões primárias, além de aderir a segmento especial em bolsa de valores. A proposta prevê, ainda, autorização para funcionamento na bolsa de valores com a finalidade exclusiva de negociação dos valores mobiliários emitidos por essas empresas.

De acordo com a previsão, os ganhos líquidos com o investimento em ações do Programa, durante a vigência do benefício tributário da empresa, serão tributados por alíquota de Imposto de Renda da seguinte forma: i) 0% para pessoa física domiciliada no país ou exterior; e ii) 0% para pessoa jurídica tributada com base no lucro real, isenta ou optante do Simples Nacional. Ademais, poderão ser constituídos fundos de investimento com alíquota de Imposto de Renda de 0%, desde que o fundo aplique pelo menos 95% de seus recursos em ações do Brasil+Competitivo.

A iniciativa é positiva na medida em que abre espaço e incentiva a constituição de um mercado que, atualmente, é praticamente inexistente. Fato é que o nicho de empresas que o Programa visa a atender tem grande dificuldade de acessar o mercado de capitais em função do alto custo atrelado à abertura de capital e à manutenção dessa atividade.

O investidor, por seu turno, conta com o incentivo tributário para a compra das ações decorrentes do Programa, já que seus rendimentos, mesmo que em fundos exclusivos, contarão com alíquota 0% de Imposto de Renda, tanto para pessoa física como jurídica. Consequentemente, a aplicação financeira nessa opção torna-se mais atrativa, considerando que o rendimento de investimentos em ações tradicionais são tributados à alíquota de 15%.

Cabe considerar, contudo, que a iniciativa do projeto não traz benefícios para uma opção intermediária de investimento em fundos, subtraindo do investidor a opção por decidir aplicar em outra alternativa. A decisão do investidor em renda fixa fica somente entre investir em um fundo convencional, sob alíquota de 15% de IR, ou sobre um fundo de investimento quase que integralmente aplicado em ações de empresas optantes pelo benefício do Plano Brasil+Competitivo.

Dessa forma, a emenda apresentada objetiva conferir a possibilidade de um fundo de investimento intermediário, que aplique um mínimo de 33% em cotas dos Fundos de MEs previstos pelo benefício, contando com uma alíquota de IR de 10%. Essa sugestão potencializa a viabilidade da constituição da formação dos fundos de investimentos, além de conferir mais atratividade às ações em questão.

Sala das Sessões, 19 de novembro de 2013

**DEPUTADO RENATO MOLLING – PP/RS**